

CARTA ABERTA

Aos Excelentíssimos Senhores Parlamentares do Congresso Nacional

Em [matéria](#) assinada por Manoel Ventura, publicada no jornal O Globo, em 01/09/17, consta que

"o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, enviou uma carta a todos os deputados federais em defesa da privatização da Eletrobras. Apesar de o governo acreditar que não precisa de aval do Congresso para a venda da empresa, o processo de privatização deve vir atrelado a algumas mudanças na legislação do setor. Por isso, o ministro iniciou as conversas com os parlamentares para atrair apoio à privatização".

Para cada uma das afirmações feitas pelo Ministro Coelho Filho, na tentativa de justificar a necessidade de privatização da Eletrobras, a Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL e os Sindicatos da base Rio de Janeiro apresentam considerações de modo a restabelecer a verdade dos fatos, em respeito ao povo brasileiro, que vossas excelências, que possuem compromisso com a nação, representam no Congresso Nacional.

Pedimos que vossas excelências leiam detidamente cada um dos argumentos e considerações abaixo e, desde já, registramos nossos agradecimentos:

Argumento do Ministro - 1:

"que a empresa enfrenta passivos das mais diversas naturezas e questionamentos judiciais que somam valores que superam os R\$ 100 bilhões".

Considerações AEEL e Sindicatos: Nas informações constantes no Relatório de Administração 2016 da Eletrobras não aparece esse montante de R\$ 100 bilhões de passivos, citado pelo Ministro. A atual direção da Eletrobras está omitindo

informações relevantes da Companhia ao mercado e à sociedade? Esse montante foi devidamente auditado e aprovado pelas instâncias da Companhia?

Infelizmente, mais uma vez, o governo confunde 'passivos do setor' com 'passivos da Eletrobras', demonstrando total desconhecimento do setor e da empresa. Além disso, além de totalmente superestimado, este cálculo considera passivos de responsabilidade da união que estão sendo arcados pela Eletrobras, como Empréstimo Compulsório de Energia e passivos ainda em discussão nas instâncias judiciais.

Argumento do Ministro - 2:

"que não foi possível debater o tema previamente com os parlamentares e defende que a privatização da companhia trará benefícios para o consumidor".

Considerações AEEL e Sindicatos: questões estratégicas que envolvem serviços públicos, tarifas públicas, infraestrutura para o desenvolvimento, que podem afetar a soberania nacional, não podem ser definidas por uma meia dúzia de pessoas, deixando todos os representantes do povo alienados quanto ao tema, o que é inaceitável e abre espaço para todo tipo de suspeição, principalmente quando se trata de uma Companhia listada em bolsa. Uma pergunta fica no ar e sem resposta, alguém teve informação com acionistas minoritários com participação relevante na Eletrobras? Há conflito de interesses?

Argumento do ministro - 3:

"que os resultados da desestatização da Eletrobras serão extremamente positivos para todos os consumidores, em virtude da redução de custos ineficientes nos segmentos de transmissão e distribuição ou da redução de encargos setoriais".

Considerações AEEL e Sindicatos: No segmento de transmissão, as empresas da Eletrobras são referência em qualidade do Serviço prestado. Tanto assim que, por qualquer indicador de qualidade do Serviço, como índice de robustez e outros, as empresas da Eletrobras estão dentro ou acima dos padrões de mercado. Nos locais onde atua no segmento de distribuição, a Eletrobras enfrenta a realidade de mercados rarefeitos e longas distancias, onde o setor privado não tem interesse de atuar ou atuaria apenas cobrando preços impeditivos para o acesso das populações locais.

Senhor Ministro, as empresas privadas conseguirão prestar os mesmos serviços, com a mesma qualidade, cobrando preços menores, com menor custo, como vem fazendo a Eletrobras? Respondemos que NÃO, e afirmamos que a privatização acarretará em aumento de preços. Essa é a prova da eficiência da Eletrobras.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas nos últimos anos, os trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras e suas subsidiárias Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, Itaipu, CGTEE, Amazonas GT, Cepel e Distribuidoras, trabalham com afinco em busca de uma Eletrobras eficiente, rentável e sustentável e que seja determinante para a segurança energética. As dificuldades enfrentadas pela Eletrobras não decorrem de sua natureza pública, decorrem de um modelo setorial desajustado, de problemas regulatórios, de problemas de gestão causados por um presidente descompromissados com a Companhia e que trabalha em prol de interesses externos. A Eletrobras, desde de julho de 2016, está acéfala, não tem um líder, e sim um “showman do mercado”, pois além de se autopromover para a mídia, gasta boa parte do seu tempo falando mal da empresa que dirige. Hoje sabemos da intenção dele: desqualificar ao máximo para justificar a privatização e entrega da Eletrobras ao capital privado.

Argumento do Ministro - 4:

"que a proposta vai beneficiar os contribuintes, uma vez que seus tributos não serão mais direcionados para custear prejuízos da Eletrobras."

Considerações AEEL e Sindicatos: "A Eletrobras foi obstaculizada até o desespero", registrou Vargas em sua histórica carta testamento. O argumento apresentado pelo Ministro Coelho Filho denota desespero na defesa de uma proposta que destruirá uma das maiores empresas brasileiras, cujas digitais estão em quase todo o setor elétrico brasileiro, e deixa transparecer sua falta de conhecimento sobre o setor olhando apenas para números. Perguntamos ao Senhor Ministro: como os tributos são gerados? Quem paga os tributos? Se houve prejuízos, qual a origem? Quem ganhará com o aumento das tarifas? Para onde vão os lucros? Os lucros da CPFL, privatizada, estão indo para qual país? Quantos países estão recebendo remessa de lucros do Brasil, decorrentes de tarifas públicas pagas pelos contribuintes? Como poderia beneficiar os contribuintes a entrega de uma grande empresa pública a preço de banana e cujo impacto seria a perda da soberania energética e o aumento dos preços?

Argumento do Ministro - 5:

"que pelos cálculos iniciais, o governo pode arrecadar pelo menos R\$ 20 bilhões com a venda da companhia. Apesar de perder o controle da estatal, o governo vai manter uma golden share, ou seja, terá poder de veto em decisões importantes da companhia".

Considerações AEEL e Sindicatos: A conta não fecha! Como um país grande como Brasil transfere o controle de ativos e empresas de serviços públicos estratégicos, que valem centenas de bilhões de reais, por apenas 20 bilhões. Que mágica é essa? Que grupo controlará o Sistema Eletrobras? Teremos uma Chesf chinesa? Teremos empresas internacionais controlando os rios do Nordeste e da Amazônia? Teremos empresas internacionais controlando a bacia do Rio Grande,

em Minas? Como será isso? Que *golden share* será essa? Funcionará? Na nossa avaliação não, pois atualmente, ainda estatal, o governo Temer abriu mão de indicar o presidente do Conselho de Administração da Companhia, permitindo que acionistas minoritários fizessem a indicação.

Não acreditamos em *golden share*, que no nosso entendimento será apenas figurativa e instrumento de corrupção e negociatas e, caso se efetive, destruirá o caráter público da Empresa ao colocá-la sobre controle majoritariamente privado.

Argumento do Ministro - 6:

"que a União deve manter parte das ações na empresa e já avisou que programas sociais e o trabalho de revitalização do Rio São Francisco continuarão".

Considerações AEEL e Sindicatos: Com esse argumento o jovem ministro Coelho Filho (33), tenta preservar o seu reduto eleitoral na cidade de Petrolina. Ele sabe que o povo nordestino é aguerrido e que não vão tolerar crimes lesa-pátria, principalmente quando a sobrevivência da Chesf está em jogo. Por isso, preocupado com o seu futuro político, busca medidas paliativas com a "inocente" pretensão de substituir a sexagenária Chesf, esquecendo que ela é um símbolo do Nordeste e do Brasil, cuja história se entrelaça com a história de luta de todos os estados nordestinos. A depender do ministro, essa relação deixará de existir a partir do momento que o patrimônio chesfiano for transferido praticamente de graça para chineses, italianos ou para qualquer outro país com visão estratégica.

Argumento do Ministro - 7:

"que em três anos, a empresa acumulou um prejuízo superior a R\$ 34 bilhões e registrou uma perda de seu patrimônio líquido da ordem de 40%".

Considerações AEEL e Sindicatos: A Eletrobras apresentou Lucro de 2003 a 2011. Em 2016 fechou o ano com um lucro de R\$3,4 bilhões. Em 2017 a empresa contabilizou lucro de R\$1,7 bilhão no primeiro semestre.

Esse argumento do Ministro é covarde e despreza a inteligência dos congressistas, na medida que não considera os efeitos da medida provisória 579/2012, que suprimiu imediatamente cerca de 8,5 bilhões de reais da receita anual da Eletrobras; quando não considera que os valores das indenizações referentes às reversões demoraram para ser definidos pela Aneel; quando desconsidera os efeitos dos impactos do GSF; quando desconsidera os impactos dos processos de empréstimo compulsório de energia, dentre outros impactos de natureza regulatória.

Argumento do Ministro - 8:

"que a Eletrobras possui problemas como 'fragilidades de governança' nas empresas controladas pela holding".

Considerações AEEL e Sindicatos: Toda e qualquer fragilidade de governança, seja em empresa pública, privada ou até mesmo governos, deve ser tratada a partir de uma liderança forte e compromissada, com um sistema de gestão transparente e com objetivos e metas claras. O Ministro, como administrador, deve saber que nenhuma empresa terá sucesso ou governança adequada tendo à sua frente um líder desagregador, que não respeita seus liderados e não tem compromisso com a organização. O senhor Wilson Pinto Júnior, desde que chegou à Eletrobras, indicado politicamente pelo Ministro, tem se notabilizado como um excelente promotor de sua imagem pessoal, com bom trânsito com a imprensa e um péssimo líder, haja vista o episódio em que chamou colaboradores e gerentes da empresa de "vagabundos, inúteis e safados". Como ter governança adequada,

quando os planos estratégicos são elaborados em quatro paredes e retratando apenas o pensamento do número 1?

Argumento do Ministro - 9:

"que a Eletrobras administra participações em mais de 170 Sociedades de Propósito Específico (SPE's)".

Considerações AEEL e Sindicatos: A participação da Eletrobras e suas empresas foi o que viabilizou o plano de expansão do setor elétrico elaborado pela EPE e licitado pela Aneel nos últimos 20 anos. Sem a participação da Eletrobras muitas cidades e regiões poderiam estar no escuro e a segurança energética do país estaria comprometida. Hoje, depois de muitos empreendimentos concluídos com muita dificuldade, os atuais mandatários do MME e da Eletrobras desconsideram todo o esforço empreendido e querem vender de qualquer forma a participação da Eletrobras nas SPE's. Se elas não são boas para a Eletrobras, serão boas para as empresas privadas? Qual é a lógica? Quais são os interesses subjacentes?

Argumento do Ministro - 10:

"que a Eletrobras possui elevado endividamento e custos operacionais altos".

Considerações AEEL e Sindicatos: O endividamento da Eletrobras, elevado, como cita o ministro, tem origem na necessidade de recursos para fazer frente ao seu plano de investimentos, que contempla empreendimentos corporativos e em parceria com empresas privadas. Foi assim que foram viabilizadas importantes obras como Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires e uma infinidade de linhas de transmissão. Sem essas obras o setor elétrico estaria estagnado e o país sujeito a apagões. Quanto a custos operacionais, entendemos que há muito

espaço para melhorias, mas a atual gestão só tem olhos para despesas de pessoal e fecham os olhos para as famosas contratações de serviços de terceiros. No nosso entendimento podemos ter uma empresa com custos mais adequados e sempre estivemos abertos ao diálogo e negociações. Além disso, a Eletrobras tem mostrado que está se recuperando do impacto da MP 579/12 e conseguindo reduzir consideravelmente seu nível de endividamento. O indicador dívida líquida/Ebitda da Empresa está em 4,7 vezes, demonstrando que o nível de alavancagem da Empresa está dentro dos padrões do mercado.

Argumento do Ministro - 11:

"que foram tomadas medidas, como o início do processo de privatização das sete distribuidoras do grupo, por meio das quais já foi vendida a distribuidora de Goiás (Celg)."

Considerações AEEL e Sindicatos: Nós, por princípio, somos contrários à privatização das Distribuidoras. Defendemos que as empresas continuem estatais e que haja um plano que promova uma completa transformação de suas gestões, profissionalização da gestão, com foco na democratização dos seus processos, busca de rentabilidade e sustentabilidade.

Argumento do Ministro - 12:

"que houve a transferência para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da gestão dos fundos setoriais."

Considerações AEEL e Sindicatos: Os fundos setoriais foram geridos pela Eletrobras por muitos anos, apesar de não figurarem como negócios geradores de rentabilidade para a Empresa. Na nossa avaliação a referida transferência trouxe impactos negativos do ponto de vista do caráter público da gestão dos fundos

setoriais, que são fundos públicos, na medida em sua entrega para um ente privado tende a descaracterizar a gestão pública desses recursos, deixando os objetivos de sua gestão sob o risco da influência de interesses privados.

Argumento do Ministro -13:

"houve o lançamento do Programa de Aposentadoria Extraordinária, com a adesão de 2.100 empregados, e o planejamento do Plano de Demissão Incentivada, que deve ser lançado em novembro."

Considerações AEEL e Sindicatos: As entidades entendem que a implementação de planos de demissão voluntária é de responsabilidade da gestão e a decisão de aderir ou não é do empregado. Quanto ao PAE realizado em 2017 e que teve cerca de 2.100 adesões, que representou menos de 50% do total de elegíveis, entendemos que esse resultado deveu-se a frustração de expectativas em relação ao prometido pelo presidente Wilson Pinto Junior. A proposta inicial indicava critérios indenizatórios bem superiores aos do plano que havia sido implementado em 2013/2014, pela diretoria anterior e houve a adesão de mais de 4.900 empregados. Passados alguns meses, o senhor Wilson Pinto Junior apareceu com um plano que representou apenas 1/3 do anterior.

Esperamos que os empregados que tanto contribuem com as empresas sejam tratados com respeito, e que qualquer medida que modifique as condições de trabalho seja efetivada com responsabilidade, respeitando os acordos coletivos e normas internas, além das devidas interações com as entidades sindicais.

Argumento do ministro -14:

"esse esforço não se mostrou suficiente para garantir o restabelecimento da capacidade de investimentos da Companhia e até mesmo o equacionamento das

despesas da empresa em 2016 exigiu um aporte de R\$ 2 bilhões dos cofres públicos. (...) Se o custo para a empresa é grave, ainda mais grave é o custo para a sociedade, que precisa comprar a energia não gerada ou não transmitida pelos empreendimentos da Eletrobras em usinas térmicas caras”, acrescenta o ministro”.

Considerações AEEL e Sindicatos: Com esse argumento o Ministro confirma que não conhece os assuntos da pasta que está liderando. Alguém no MME precisa explicar a ele a necessidade do uso de térmicas, como é feita a cobertura dos custos de operação, como os reguladores estão tratando a questão, o que a Eletrobras, "ineficiente" na visão dele, para interligar as áreas isoladas que dependem de térmicas. Alguém precisa levá-lo no Norte do país e explicar-lhe a complexidade para o fornecimento no interior da Amazônia. Feito isso, quem sabe ele deixará de enxergar energia como mercadoria e iniciará discussões que busquem soluções para os problemas estruturais do setor.

Argumento do ministro -15:

Cita como exemplo de privatização bem sucedida os casos da Vale ou da Embraer e diz que o mesmo com a Eletrobras *"permitirá a criação de uma corporação nacional, com a responsabilidade e a capacidade de empreender ações estratégicas para o País."*

Considerações AEEL e Sindicatos: O caso da Vale é sintomático na comparação com a Eletrobras. Ele desnuda o alto risco de se deixar sob a lógica da busca incessante pelo lucro a gestão de barragens e empreendimentos de grande impacto. O desastre de Mariana está aí para nos alertar sobre os riscos de uma gestão cujos objetivos se resumem a cortar custos e gerar lucros. Além disso, esses exemplos citados pelo Ministro seriam adequados se as citadas fossem empresas prestadoras de serviços públicos, atuando em um setor regulado. A

primeira, a Embraer, é uma importante empresa, e hoje é praticamente americana, com produção de mercadoria de alta tecnologia e não precisa dar nenhuma satisfação a órgão regulador, como uma Aneel.

A mineradora Vale, citada como sucesso pelo Ministro, também vive os seus dilemas: "Os planos para a companhia incluem a pulverização do capital e a entrada no Novo Mercado da Bovespa. É um movimento que tem como pré-requisito a dissolução do bloco controlador que dá as cartas desde a privatização, há 20 anos, por meio da Valepar. Uma vez concluído o processo, ninguém poderá ter mais de 25% do capital da Vale. Hoje, a Valepar é a holding que detém a maior parte das ações com direito a voto. Dela, fazem parte grupos privados, como o Bradesco e a japonesa Mitsui." A Eletrobras é diferente e não pode ser comparada a essas duas empresas, pois lida com serviços públicos, possui papel estratégico e atua em todo território nacional e é profunda conhecedora do setor.

O que a Eletrobras precisa é de uma gestão responsável, que não esteja voltada para interesses externos e que busque solução para os problemas estruturais, a maioria causados pelas políticas setoriais.

E para verdadeiramente esclarecer aos senhores parlamentares que, em respeito aos seus eleitores, e para atuarem em seu favor e em favor de uma sociedade mais justa e soberana, devem estar corretamente informados, apresentamos estas considerações.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2017.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL
Sindicato dos Trabalhadores dos Empregados das Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região - SINTERGIA
Sindicato dos Administradores do Rio de Janeiro - SINAERJ
Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro - SENGE-RJ
Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro - SINDECON